

DO NARCOTRÁFICO ÀS NARCOMILÍCIAS:
CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS SOBREPOSTAS NA PERIFERIA DE BELÉM*

FROM NARCO-TRAFFICKERS TO NARCO-MILITIAS:
OVERLAPPED TERRITORIAL CONFIGURATIONS ON THE OUTSKIRTS OF BELÉM

Aiala Colares de Oliveira Couto

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (Brasil)
ORCID 0000-0003-1828-7508 aialacouto@uepa.br

RESUMO

Os conflitos territoriais urbanos em Belém vêm, nos últimos anos, reproduzindo uma conjuntura político-territorial, em que a metrópole se encontra sob os efeitos perversos das ações de grupos armados que impõem a lógica da violência urbana. O objetivo deste trabalho é analisar as configurações territoriais sobrepostas que envolvem grupos do narcotráfico e milicianos na periferia de Belém, pois elas refletem a existência de outros poderes não exclusivos do Estado. A metodologia fundamentou-se na revisão da literatura, análise de documentos e pesquisas de campo com observações sistemáticas e entrevistas. O narcotráfico e as milícias fundamentam um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios.

Palavras-chave: Narcotráfico, milícias, territórios.

ABSTRACT

The territorial urban conflicts in Belém in recent years have reproduced a political-territorial scenario, in which the metropolis is suffering the perverse effects of the actions of armed groups that impose the logic of urban violence. The purpose of this paper is to analyse the overlapping territorial configurations that involve groups of narco-traffickers and militias on the outskirts of Belém, since they reflect the existence of other non-exclusive powers of the State. The methodology includes a literature review, analysis of documents, and fieldwork, with systematic observations and interviews. Narco-traffickers and militias underlie a rational calculation that influences the actions and thinking of the individuals who make up the territories.

Keywords: Narco-traffickers, militias, territories.

* O texto deste artigo foi submetido em 12-09-2018, sujeito a revisão por pares a 10-10-2018 e aceite para publicação em 14-01-2019.

Este artigo é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 27 (II), 2020, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

O narcotráfico em Belém tornou-se o âmago dos principais conflitos pelo domínio político-econômico dos territórios na periferia. Para se ter o total domínio do mercado da droga é necessário estabelecer a partir do tráfico de drogas a construção de territorialidade, ou seja, o controle de porções do espaço a partir de relações de poder estabelecidas por sujeitos envolvidos nesta atividade ilícita. Por outro lado, mas em um mesmo contexto urbano, os grupos milicianos, principalmente aqueles que tentam a todo o momento tirar proveito do mercado da droga extorquindo traficantes ou até mesmo prestando serviços a alguns deles, precisam também firmar-se territorialmente enquanto estratégia de apropriação das vantagens dessa atividade econômica que se constitui a partir da periferia.

Surgem, nessa conjuntura, divergências territoriais em função da sobreposição de poderes que levam a uma necropolítica, na qual as mortes que ocorrem em Belém com características de execução destacam-se como afirmações de uma ação racional das manifestações do poder ou do necropoder. Ou seja, uma ação que disciplina os territórios e seus sujeitos.

Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis, os quais sofrem problemas como: assédio constante do tráfico de drogas, violência imposta pelos grupos milicianos e repressão da polícia. Sendo assim, é importante frisar que os mecanismos de segurança pública associam quase sempre a periferia a todo e qualquer tipo de criminalidade, estigmatizando seus moradores e aprofundando mais o preconceito e a discriminação, algo que torna natural a prática do extermínio da juventude. Assim, o lugar de fala do jovem da periferia é substituído pela construção de um discurso que o torna delinquente.

Os jovens da periferia, nesse caso, tornam-se culpados antes mesmo de o crime ocorrer e esse “*apartheid social*” coloca-os em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte justificável, portanto, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

A metodologia utilizou a pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, assim como análise de documentos como jornais, registros policiais e relatórios como o da CPI das milícias e grupos de extermínio em Belém, do qual o autor participou na elaboração. Além disso, foram realizados diversos trabalhos de campo com entrevistas diretas com sujeitos do tráfico de drogas, moradores e policiais, observações sistemáticas e registros fotográficos, em que se obteve como resultado a elaboração de mapas temáticos.

Por fim, estas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico visto por outras perspectivas teóricas e empíricas, nas quais se utilizou o termo narcosobreposição dos territórios, definido como: a presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, em que há convergências e divergências de interesses que envolvem os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias e reproduzindo lógicas perversas de poder.

A micropolítica na definição de territorialidades do narcotráfico em Belém

Em Belém pode-se atribuir ao tráfico de drogas, dentro de uma perspectiva intraurbana das relações estabelecidas por ele, a criação das condições de territorialidades autônomas que estabelece uma “ordem” e cria suas normas independente da presença do Estado. Contudo, a configuração destas territorialidades que surgem a partir de uma lógica de coerção e medo, caracterizando-se como uma territorialidade perversa, tem uma dependência de uma micropolítica desenvolvida por seus sujeitos, na qual uma figura principal surge como uma liderança que atua na rua, no bairro ou no setor geográfico.

A micropolítica é um termo emprestado de Foucault (1995) e representa um conjunto de relações que se manifestam nas mais variadas estratégias de poder, e que hoje ajudam na compreensão empírica e teórica acerca das redes do narcotráfico na periferia de Belém, considerando, também, as relações macro do crime organizado.

Essas relações são reproduzidas cotidianamente nos bairros periféricos da metrópole de Belém, haja vista que o narcotráfico é intencional na escolha dos bairros que ele considera estratégicos para a configuração de territórios-redes ou territórios-zonas (Haesbaert, 2004). Os territórios-zonas e os territórios-redes definem, assim, elementos que compõem a multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), ou seja, são duas formas nas quais os sujeitos do tráfico encontram-se organizados.

Na periferia de Belém encontram-se bairros que fogem dos padrões da “normalidade” ou da “civildade” interpretados pelo Estado e pela elite. São espaços onde, segundo Foucault (2008), a reprodução biológica da espécie torna-se uma ameaça e precisa ser regulada e controlada como garantia da sobrevivência dos outros, ou seja, são nos bairros periféricos que se encontram os “matáveis”, fortalecendo o que Foucault (2008) denominou de sociedade biopolítica, em que a finalidade é de “fazer viver” e “deixai morrer”. Isso seria também uma estratégia de controle do espaço que passa pelo controle da vida e pelo controle do corpo, sobretudo, uma prática de poder direcionada para os mais vulneráveis.

Os mecanismos territorializantes/territorializadores do narcotráfico em Belém definem-se nas mais variadas ações violentas de seus sujeitos. Nesse sentido, para serem compreendidas em sua essência precisou-se de uma análise empírica micro que levou a uma interpretação real do funcionamento macro do narcotráfico na metrópole.

Por isso, constata-se que as relações “micro” e “macro” são complementares e funcionam como uma espécie de regra geral para todos os bairros da periferia de Belém que estão sobre o comando do narcotráfico. É importante, somado a isso, frisar que na medida em que a rede vai ganhando espaço na dinâmica de abastecimento do mercado, nesse caso o mercado da droga, ela vai se sobrepondo sobre as zonas, influenciando-as e estabelecendo comandos de cima para baixo ao impor uma biopolítica ou um biopoder que esconde os verdadeiros “chefões” do tráfico de drogas. Em outras palavras são aqueles que não estão nos espaços dos “matáveis”, mas que têm o controle sobre suas vidas e suas mortes.

Foucault (1995) sugeriu uma abordagem que prossegue em direção a uma nova economia das relações de poder. É mais empírica, mais relacionada diretamente a presente situação e que implica relações mais estreitas entre teoria e prática.

Sendo assim, *“Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias”* (Foucault, 1995, p. 234).

Parte-se do pressuposto de que é preciso compreender o comportamento dos sujeitos envolvidos com as redes do narcotráfico, suas estratégias, ações e suas formas de legitimar o controle do espaço. Assim, o poder que é exercido pelos sujeitos do tráfico de drogas - e que é reconhecido e temido -, segundo Foucault (1995), aplica-se à vida cotidiana imediata, a qual categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que deve ser reconhecida e que os outros têm que reconhecer nele.

Várias situações que foram relatadas por entrevistados durante os trabalhos de campo desta pesquisa enquadram-se perfeitamente nessa análise foucaultiana, em que a relação que envolve o tráfico de drogas na periferia de Belém, de maneira geral, *“é uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos”* (Foucault, 1995, p. 227).

“Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma-o sujeito” (Foucault, 1995, p. 235).

No esquema do tráfico de drogas os sujeitos se autorreconhecem enquanto sujeitos com suas posições e funções específicas a partir do comando do narcotráfico e constroem, a partir de suas posições na trama, relações identitárias as quais ajudam na constituição de *“territórios alternativos”* (Haesbaert, 2002) ou autônomos, mas com a presença de um poder heterônimo que se dá sobre o efeito das redes que influenciam de fora para dentro, sobretudo na lógica de abastecimento do mercado da droga.

Para Foucault (1995, p. 239), *“como”* não no sentido de *“como se manifesta?”*, mas *“como se exerce?”*, *“como acontece quando os indivíduos exercem, como se diz seu poder sobre os outros?”*.

O interesse sobre esse questionamento parte da pretensão de procurar explicar como os sujeitos do narcotráfico exercem seu poder sobre os indivíduos. A resposta para este questionamento foi explicada a partir das observações e entrevistas realizadas, por isso a pesquisa de campo foi fundamental para chegar a uma resposta.

Desse modo, neste artigo, serão destacados e explicados de forma breve e didática os sujeitos da pesquisa em territórios sobre a dinâmica do tráfico de drogas em Belém. Uma dinâmica de exercício de poder que é necessária para a construção de territorialidades do narcotráfico. A seguir, tem-se a descrição dos sujeitos da pesquisa:

- a) *Os traficantes do bairro*; eles utilizam mecanismos de violência para se impor sobre determinados espaços do bairro, como becos, ruelas, vilas ou áreas de canais que passam a sofrer a sua influência. Esses traficantes utilizam a ameaça e a intimidação para impor respeito e “moral”, destacando-se que o termo “moral” na periferia de Belém significa ser respeitado por todos. Eles contam também com o apoio externo de um distribuidor que abastece o seu mercado interno conseguindo, assim, armas e munições;
- b) *Os pequenos assaltantes*; eles têm uma relação direta com o tráfico de drogas por conta dos seguintes fatores: em primeiro lugar, geralmente os pequenos assaltantes utilizam os furtos e roubos para trocarem mercadorias por drogas nas “bocas” de fumo. Às vezes, ocorre o penhor da mercadoria roubada, em que se estabelece um prazo para que a dívida seja quitada. Caso contrário, o traficante fica com a mercadoria;
- c) *Os viciados ou maluco*; é uma identificação popularmente construída nas zonas de controle do tráfico de drogas, porém, como se tratam de

informações coletadas em campo é necessário tomar cuidado para que eles não sejam confundidos com os sujeitos já mencionados, visto que nem todo traficante é viciado em droga. Além disso, o viciado, maluco ou “pedra” ao qual a pesquisa aqui trata diz respeito ao grupo de pessoas que consome cocaína em pasta à base ou pó de forma tão intensa que ocasiona a perda do controle de suas ações. Eles deixam objetos pessoais na boca de fumo ou vendem seus pertences, não são assaltantes à mão armada, alguns são oportunistas e aproveitam-se da desatenção das pessoas para praticar pequenos furtos em busca de dinheiro para comprar cocaína;

d) *Os aviãozinhos*; termo criado a partir das redes internas de organização do tráfico de drogas, pois eles fazem toda a movimentação do comércio de entorpecentes nos bairros, onde desempenham funções importantes. Em razão de marcarem os consumidores de droga, são sujeitos no espaço que delimitam territórios. Às vezes desenvolvem função de olheiros, o que significa dizer que eles observam toda a movimentação dos moradores no bairro e sabem sobre toda a articulação do esquema de corrupção policial que ocorre nas áreas de comercialização da droga. Nesse sentido, é importante, também, destacar que um “aviãozinho” pode tornar-se um pequeno traficante, de forma que ele seja promovido na escala hierárquica das redes e passe a organizar todo o movimento do tráfico de drogas;

e) *Os comerciantes*; em Belém eles encontram-se também sob a influência do tráfico de drogas e da articulação de agentes de segurança pública, os quais se aproveitam de sua autoridade para impor uma lógica “clandestina” de segurança privada. Na verdade, os comerciantes quase sempre são expostos à ação de criminosos que praticam assaltos em seus estabelecimentos comerciais. Dessa forma, existem duas possibilidades para impedir os assaltos e adquirir “segurança”: uma delas é o “apadrinhamento” (o termo tem o mesmo sentido que “protegidos”, ou seja, pessoas que estão sobre proteção dos traficantes) em relação aos próprios traficantes do bairro, que diante disso podem proibir assaltos em relação aos seus “apadrinhados”, inclusive impondo castigos aos assaltantes que desobedecerem à ordem dada pelo traficante. A outra forma de conseguir segurança é por meio dos serviços de agentes da segurança pública. Nesse caso, os policiais militares impõem uma lógica de “segurança privada”, descaracterizando o sistema de segurança pública do estado e passam a receber algum tipo de ajuda financeira por parte de comerciantes. Essa ajuda financeira pode variar entre valores de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 por mês;

f) *Os Policiais*; também são sujeitos que estão inseridos na dinâmica territorial do narcotráfico, porém é preciso ter cuidado para não criar um estereótipo negativo

sobre os agentes de segurança pública e até mesmo ter cuidado para não fazer um discurso generalizado sobre a relação dos agentes com o narcotráfico. A análise será fundamentada nos relatórios e entrevistas de campo, detalhes minuciosos foram coletados durante a pesquisa para chegar às conclusões mais próximas sobre como ocorre a dinâmica econômica corruptiva do tráfico de drogas em Belém;

g) *Os moradores dos bairros dominados pelo narcotráfico*; para eles, existe um total desgaste das políticas de segurança pública e, portanto, isso permitiu com que a criminalidade fosse aos poucos ganhando força e adquirindo espaço, até o momento em que o tráfico de drogas passou a se territorializar nos bairros. Os moradores sofrem pressão de todas as partes onde o tráfico de drogas impõe a chamada “lei do silêncio” (é um código de postura imposto pelo tráfico de drogas, sendo proibido dar informações acerca dos acontecimentos relacionados ao tráfico de drogas. Também se ressalta que a própria polícia utiliza esse termo para se referir à falta de informações sobre casos de homicídios em bairros periféricos) em relação ao comércio de cocaína. Eles não podem denunciar o tráfico, pois correm risco de ser punidos e uma das formas de punição é a morte. Nesse momento, é importante compreender o valor simbólico que a morte passa a ter para o tráfico de drogas em virtude de se apresentar como a mais pura demonstração de poder;

É interessante a manifestação simbólica de poder imposta pelos traficantes no bairro. Os moradores reconhecem e respeitam a presença dos “chefes” em qualquer lugar, por isso, para um pequeno traficante de dentro do bairro que está iniciando suas atividades é necessário tornar-se conhecido perante a população residente na zona territorial em que irá se estabelecer o controle, mas para isso é preciso, também, manter firmes as conexões com os traficantes de fora do bairro que abastecem o mercado. O poder de um traficante em um determinado bairro se dá pela lógica da “intimidação”, impondo o medo e o respeito aos outros ou por meio do “apadrinhamento”, quando ele prefere se aproximar dos moradores e garantir o funcionamento do mercado da droga sem risco de ocorrer alguma denúncia.

Também há de se chamar a atenção para a necessidade que o narcotráfico tem em criar uma estrutura organizacional interna em um bairro, em outras palavras, o tráfico precisa ter uma rede social ativa com vários sujeitos inseridos e suas relações devem promover uma dinâmica de funcionamento do mercado para que sua territorialidade enfim seja materializada. Esta territorialidade definirá não apenas o seu território, mas toda a relação de poder que ali passa a se estabelecer. Todo o conjunto de relações que dá sentido à sua existência enquanto atividade econômica ilícita.

Destaca-se que *“O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes”* (Foucault, 1995, p. 242).

Os levantamentos de campo possibilitaram um olhar a partir de “dentro” destas relações, a fim de compreender melhor as manifestações de poder, seus mecanismos e relações. É possível entender o poder de uns sobre os outros numa hierarquia na qual, em última instância, encontram-se os moradores dos bairros periféricos de Belém que estão submetidos aos territórios-zonas do narcotráfico, ao mesmo tempo em que estas zonas estão sujeitas ao controle externo das redes compondo, assim, os territórios-redes.

De acordo com Foucault (1995), o funcionamento das relações de poder, evidentemente, não é uma exclusividade do uso da violência mais do que da aquisição dos consentimentos. Nenhum exercício de poder pode, sem dúvida, dispensar um ou outro e, frequentemente, os dois ao mesmo tempo. Porém, se eles são seus instrumentos ou efeitos, não constituem, contudo, seu princípio ou natureza.

Com efeito, a abordagem sobre o narcotráfico passa por uma interpretação fundamentada na perspectiva do poder em Foucault, em função de que as relações de poder que são constituídas a partir dos sujeitos do tráfico de drogas, os quais criam uma forma de consentimento que parte das ações estratégicas de controle do território e, por conseguinte, do comportamento de seus sujeitos e é nesse sentido que a morte se torna uma expressão política das territorialidades.

Do narcotráfico às narcomilícias: racismo, necropolítica e configurações territoriais sobrepostas em Belém

Para encerrar o debate propostos neste artigo, achou-se pertinente abordar questões que possam relacionar a sobreposição dos territórios com os conflitos que levam à expansão do fenômeno da violência urbana em Belém. Todavia, é importante ressaltar que se trata de uma conjuntura na qual prevalece, na maioria das vezes, uma lógica racista em que a morte passa a ter um significado político, e na análise feita aqui ela representa também uma forma de disciplinarização dos territórios. Mais ainda, a “política da morte” deixa explícita a divergência de interesses sobre o seu uso.

Pode-se falar, então, em uma necropolítica que também se associa ao racismo. A necropolítica é o termo

emprestado aqui pelo historiador e Cientista Político Camaronês Achille Mbembe (2006), que foi influenciado pelas obras de Michel Foucault sobre a biopolítica.

Nos estudos de Mbembe, os quais têm como referência o continente africano, é perceptível uma espécie de intervenção geopolítica da Europa sobre a África, tendo o racismo como base fundamental da ocupação e dominação dos territórios, utilizando-se do discurso da superioridade racial, que dividia claramente a espécie humana, destacando que *“No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que sendo do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar urna população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”* (Foucault, 1999, p. 304-305).

A realidade da metrópole de Belém apresenta uma organização espacial fragmentada e subdividida, resultado dos mecanismos de governamentalidade do espaço, os quais surgem com os projetos de modernização urbana na qual a segregação espacial definiu-se a partir de topografias sócio raciais, caracterizando-se enquanto um biopoder que produz de forma calculada e otimizada a gestão da vida, o que leva uma parte da população à condição de sujeitos matáveis. Nesses termos, o necropoder dá ênfase à primazia da morte que aparecerá como estratégia de exercício do poder, sobretudo direcionado para os territórios em que se encontram as populações tidas como ameaças latentes, ou seja, são intervenções direcionadas para as periferias da metrópole.

De acordo com o relatório apresentado pelo Atlas da Violência de 2017, de cada 100 pessoas que são assassinadas no Brasil, 71 são negras e os jovens negros do sexo masculino continuam sendo a maioria das vítimas de homicídios. São em grande medida jovens de faixa etária entre 14 a 29 anos, pretos ou pardos (em menor grau), pobres com uma renda de até dois salários mínimos. O Atlas da Violência 2017 também revela que homens negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País e que a população negra corresponde a maioria, com 78,9% dos 10% dos indivíduos com mais chances de morrer.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Pará) apresentou, no final do de 2017, o Relatório da Situação dos Casos de Chacinas e Extermínio de Jovens Negros no estado do Pará, no qual foi realizada uma breve análise conjuntural dos casos de chacinas destacando que a violência contra jovens negros no Pará não se trata de um fenômeno recente e remonta aos processos históricos de ocupação do território paraense.

De acordo com o relatório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção Pará:

“Nos estudos feitos no Pará percebe-se duas dimensões nefastas do fenômeno da morte de jovens negros e pobres. A primeira evidencia-se pelo discurso de legitimação dos assassinos e pela criminalização das vítimas, tidas sempre como “vagabundos”, “devedor”, “maconheiro” ou “com passagem”, este discurso sintetizado na expressão “bandido bom é bandido morto” é martelado diariamente por jornalistas e veículos de comunicação na imprensa escrita, falada e televisionada de forma que se tornou um mantra já assimilado por grande parte da população, inclusive pela população que está sujeita a estes matadores” (RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DOS CASOS DE CHACINAS E EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS NO PARÁ - OAB, 2017, p. 07).

Sobre a política de extermínio, Mbembe (2006) faz uma leitura da morte política como trabalho e define a soberania como o direito de matar. O argumento dele relaciona a noção foucaultiana de biopoder a outros dois conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. O autor examina os caminhos nos quais o Estado de exceção estabelece uma relação íntima com as regras básicas do direito de matar. Segundo ele, em tais situações, o poder (que não é necessariamente um poder estatal) faz referência contínua e invoca a exceção e a urgência, a qual é uma noção “fictícia” do inimigo. Também trabalha para produzir a mesma exceção, urgência e inimigos fictícios.

“Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar segregando pessoas que devem morrer daquelas que devem viver. Dado que opera na base de uma divisão entre os vivos e os mortos, esse poder é definido em relação ao campo biológico, que assume o controle no qual está inserido. Este controle pressupõe a distribuição das espécies humanas em diferentes grupos, a subdivisão dos subgrupos da população e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre si. É aquilo que Foucault refere-se a um termo aparentemente familiar: o racismo” (Mbembe, 2006, p. 21-22).

O autor ressalta que o racismo tem um lugar tão importante na racionalidade própria do biopoder que é fácil de entender. Afinal de contas, ao invés de pensar em termos de classes sociais (ideologia que define a história

como uma luta de classes econômicas), a raça constituiu-se como uma sombra presente sobre o pensamento e a prática das políticas ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros e a dominação a ser exercida por ele.

Para Mbembe (2006, p. 23) *“O racismo é, em termos de Foucault, principalmente uma tecnologia que visa permitir o exercício do biopoder, ‘o velho direito soberano para matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte, possibilitando as funções assassinas do Estado. E, diz ele, a condição de aceitabilidade de matar”*.

Na pesquisa, que resultou neste artigo, foi possível reconhecer dois elementos fundamentais da organização dos territórios e que têm como pano de fundo o narcotráfico. O primeiro foi a definição dos territórios a partir de microrrelações que se estendem para uma escala mais ampla. O segundo foi a política da morte, a qual surge como afirmação do domínio dos territórios ou o poder sobre eles. Sobre o segundo caso, a política da morte, Foucault (1979, p. 305) destaca que: *“a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), e o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura”*.

São estes elementos que são incorporados às ações da polícia e das milícias ou narcomilícias como se definiu aqui, visto que a morte de pretos, pobres e favelados, associados ao tráfico de drogas nas periferias da grande Belém, é justificada pela necessidade de uma “higienização social”, na qual os delinquentes eliminados são as garantias de sobrevivência e segurança de uma raça branca superior abastada.

No entanto, há uma contradição nestas ações, na medida em que milicianos que matam para manter benefícios do narcotráfico na periferia são os mesmos que dão garantias de controle e regulação da população enquanto espécie. Por esta razão, compreende-se, também, que a morte do outro, nesse caso, não garante apenas a sobrevivência do outro, mas também garante a manutenção do poder na regulação dos territórios.

Sobre a organização do Estado, Mbembe (2006) diz ter sido firmada uma completa fusão entre a guerra e a política (mas uma fusão também do racismo, homicídio e suicídio). Na medida em que não se pode distinguir uma da outra, isto era uma característica única do Estado nazista: a percepção da existência do outro como atentando à própria vida, como ameaça mortal ou um perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial de vida e de segurança.

“Eu tenho, creio eu, um dos numerosos imaginários da própria soberania próprios, tanto da primeira, quanto da última modernidade. O reconhecimento

desta percepção funda em grande medida a maioria das críticas tradicionais da modernidade, e se dirige ao niilismo e a sua proclamação da vontade de poder como essência do ser, a reificação entendida como o tornar-objeto do ser humano a subordinação de cada coisa para uma esfera impessoal da lógica e cálculo da racionalidade instrumental” (Mbembe, 2006, p. 24).

Assim, a política do Estado define-se por uma concepção da guerra por excelência, pois ele pode definir quem deve morrer e quem não deve. Deste modo, o poder soberano caracteriza-se por sua vontade e capacidade de matar para que outra pessoa viva.

Nesse sentido, é importante verificar o significado real do racismo para o exercício do poder, sobretudo quando esse poder é condição utilizada para definir quem deve morrer ou exercer o direito de poder matar. Esse mecanismo lembra bem o direito soberano de matar.

Nesses termos, “[...] *Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. Esse, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassino indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.*” (Foucault, 1999, p. 306).

Em meio a esta perspectiva, o direito soberano de matar, ou o poder soberano ainda existente, complementa a biopolítica legitimando, sobretudo, as guerras, bem como os processos de colonização. Numa escala metropolitana para tratar de Belém, o velho direito soberano de matar aparece enquanto guerras, justificadas a partir das intervenções da polícia.

Além disso, há também as ações das milícias, ou seja, grupos formados por forças de segurança do estado que impõem o uso da força a partir da própria falha nos mecanismos de segurança pública, dos quais eles fazem (ou fizeram) parte. Considerando-se, além disso, que alguns destes homens estão afastados por problemas de saúde ou até mesmo expulsos da corporação devido ao mau comportamento, existe a lógica do corporativismo militar que contribui para legitimar as ações da própria milícia que, em Belém, tem elevado os números absolutos de homicídios.

No caso de Belém, há uma subordinação evidente da milícia ao mercado da droga e aos recursos que esse mercado gera e os traficantes tornam-se subordinados aos milicianos, como comerciantes que também dependem dos serviços. Enquanto braço do tráfico de drogas, a milícia faz um cálculo racional dos ganhos e

promove a perda do controle dos territórios pelo Estado ao mesmo tempo em que controla territorialmente as “bocas” que estão sob sua influência. Por isso, destaca-se aqui que há uma reconfiguração das milícias que se associam ao tráfico tornando-se *narcomilícias*.

As narcomilícias definem-se pela relação existente entre agentes de segurança pública em exercício da função ou não que passam a obter vantagens em função do narcotráfico, sobretudo, em função da extorsão, venda e distribuição de drogas ou então prestando serviços para traficantes como, por exemplo, executar desafetos.

Para Haesbaert (2004), o Estado também perde poder em termos de controle territorial não só ao legitimar a proliferação interna de territórios de segurança privada (que podem, inclusive, se apropriar de espaços públicos), como também ao permitir a difusão, interna ou externa, de milícias privadas que lutam não mais diretamente em nome do Estado-nação, mas em relação a grupos ou empresas aos quais se encontram subordinadas. Portanto, para complementar a análise sobre os conflitos urbanos em territórios divergentes na metrópole, apresenta-se aqui (fig. 1) as manchas de homicídios com características de execução associadas ao narcotráfico, segundo os dados oficiais da SEGUP por via do SIAC.

De fato, a morte torna-se uma categoria política das relações de poder, uma vez que ela simboliza as reafirmações e manifestações de tensões presentes no cerne das divergências territoriais, onde as manchas de homicídios destacam a presença de territórios divergentes. Existe, então, uma necropolítica que impõe uma tecnologia de poder, na qual o conjunto da população torna-se alvo e as técnicas para isso são as mais numerosas possíveis, destacando o necropoder (MBEMBE, 2006) presente nas disputas territoriais do crime.

Para Mbembe (2006), esta nova era de mobilidade global tem como uma de suas principais características o fato de que as operações militares e o exercício do direito de matar não são mais exclusividades dos Estados, e o “exército regular” já não é único meio capaz de executar essas funções.

É nessa conjuntura político-territorial que a metrópole se encontra, pois, as sobreposições materializadas sobre o espaço urbano de Belém refletem a existência de outros poderes não exclusivos do Estado, poderes estes que, na perspectiva de Foucault (2010), disciplinam, punem e tornam os corpos dóceis, mas que também sentenciam a sua morte, tornando-os corpos vazios, sem importância e sem significados. Quando a referência são as milícias, concorda-se com a ideia de Mbembe (2006) a qual afirma que a mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado que a identidade dos fornecedores e compradores é praticamente insignificante.

Isto posto, pode-se afirmar que o narcotráfico fundamenta um cálculo racional que influencia nas ações e no pensamento dos sujeitos que compõem os territórios. Ou seja, “todos” querem ganhar ou tirar proveito da possibilidade de ganhos financeiros com o mercado da droga, justificando seus riscos. Portanto, compreende-se o narcotráfico como o âmago de todos os conflitos pelo domínio político-econômico do território (Haesbaert, 2004).

Nesses termos, o narcotráfico deve ter o controle do território para ter domínio sobre mercado, porém as milícias também buscam, a partir do território, impor

seu poder para extorquir, coagir e se apropriar do tráfico de drogas, obtendo vantagens econômicas. Por outro lado, o Estado quer se reafirmar enquanto poder soberano, tendo a polícia como seu braço armado. Por fim, as redes do narcotráfico estão acima de todas estas relações, são territórios redes sobre os territórios-zonas (Haesbaert, 2004), destaca-se que essa sobreposição dos territórios (fig. 2) na metrópole a partir do narcotráfico (em redes e zonas) e das milícias e o Estado, produzem os conflitos pelo uso do território e legitimidade sobre ele. É assim que os territórios sobrepostos criam uma dinâmica de conflitos urbanos.

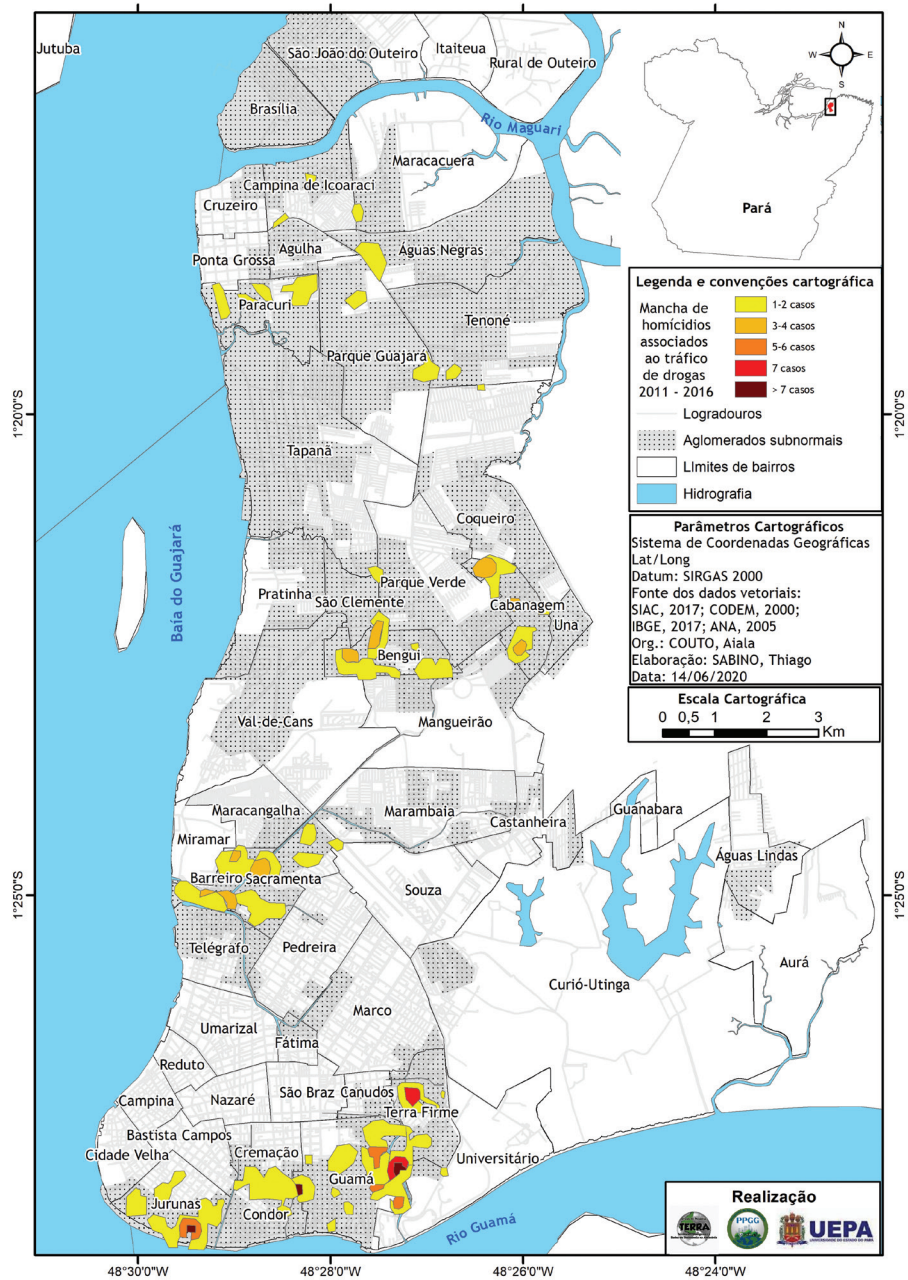


Fig. 1 - Manchas de homicídios associados ao tráfico de drogas (Fonte: SIAC, 2016, adaptado de Couto, 2017).
Fig. 1 - Patches of murders linked to drug trafficking (Source: SIAC, 2016, adapted from Couto, 2017).

Essas sobreposições territoriais fazem parte das reconfigurações espaciais do narcotráfico chamadas aqui pelo termo de *narcosobreposição dos territórios*, definido pela presença de um território sobre o outro em função do narcotráfico, no qual há convergências e divergências de interesses que envolvem: os territórios-zona do narcotráfico nos bairros periféricos, as milícias que se apropriam do narcotráfico, tornando-se narcomilícias, e por fim, o narcotráfico territorializado em redes ou em territórios-redes, que está acima destas relações mais de baixo. “As redes estruturam à sua maneira,

o campo de forças das relações de cooperação e de antagonismo que estão presentes na sociedade humana” (Tinland, 2001, p. 263).

Em Belém esse processo não foi diferente, sobretudo em função de que as redes impuseram uma tecnologia de poder a qual faz parte das relações que perpassam a sociedade, contribuindo, inclusive, para uma fragilidade institucional do Estado que convive com a presença de outras forças, as quais se apropriaram de porções do espaço urbano. As redes do narcotráfico na metrópole, a partir dos bairros mencionados nos mapas, “são, de fato,

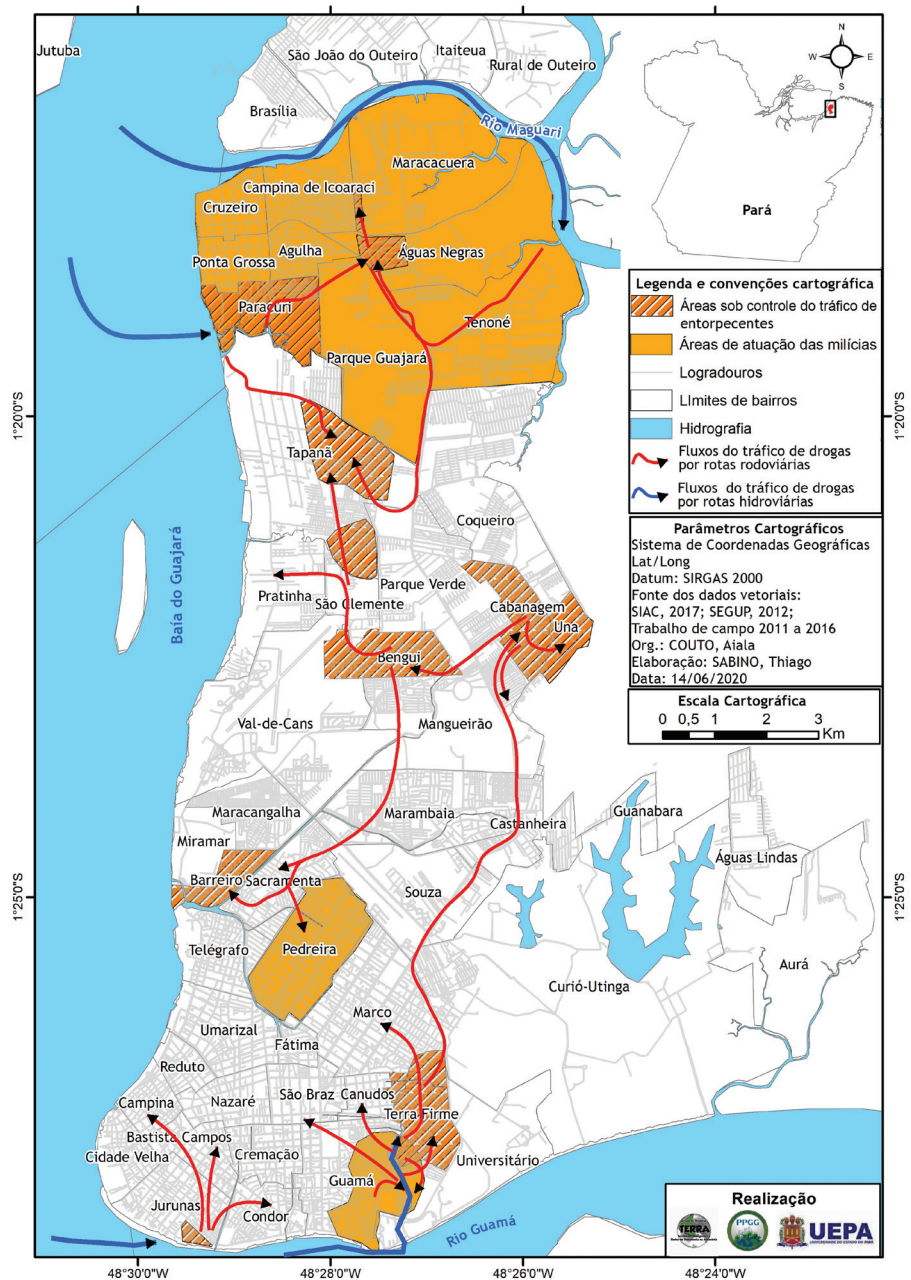


Fig. 2 - Sobreposição de territórios em Belém (Fonte: Couto, 2017).

Fig. 2 - Territorial overlap in Belém (Source: Couto, 2017).

instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle. Elas são suscetíveis [...] de funcionar como instrumentos de integração e de exclusão, na linha direta dos processos de diferenciação” (Tinland, 2001, p. 263).

Destarte, as redes e seus sujeitos multiterritoriais estão por todas as partes e têm um completo entendimento de toda sua organização espacial, já que para a consolidação de um mercado da droga em Belém foi essencial o conhecimento do funcionamento das instituições que regem as leis e as regras.

Na lei do tráfico em Belém, as redes determinam as regras e pouco importa se, nos bairros territorializados, uma parte do recurso arrecadado com a venda da droga sirva para pagar propinas aos policiais corruptos ou algum tipo de acordo ou extorsão praticados pelas milícias que, nesse caso, tornam-se narcomilícias. O importante é que a dívida deva ser paga ao fornecedor que está fora desse contexto mais zonal e que ocupa o alto escalão da dinâmica regional-global do narcotráfico. Nesse caso, quase sempre a pena de morte é a sentença dada aos que não cumprem seus compromissos e, nesse campo de forças, acumular dívidas com o narcotráfico não é um “bom negócio”.

Por isso, para analisar os territórios do narcotráfico em Belém, partiu-se das ideias de Haesbaert (2004), o qual propôs uma distinção importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, e que se torna importante lembrar, distinção esta entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade. Logo, em Belém, as fig’s 1 e 2 enfatizam tipos zonais de territorialidades presentes no espaço urbano, reflexos de uma sobreposição de poderes: narcotráfico territorializado em zona e milícias territorializadas em zonas a partir dos bairros.

Mas, os territórios-redes estão presentes tanto nas formas de conexão interna do narcotráfico, quanto nas conexões externas, ou seja, àquelas que ligam os vários pontos de comercialização da droga aos países produtores e fornecedores de cocaína da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia e Perú), tornando Belém um “nó” importante das escalas de poder. Nesse sentido, concorda-se com a ideia de Haesbaert (2004), na qual, para este autor, dentro da diversidade territorial do nosso tempo, *deve-se* levar em conta, em primeiro lugar, esta distinção crescente entre uma lógica territorial zonal e uma lógica territorial reticular, pois elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais - que marcam a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno - vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de

poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado.

A presença de territórios sobrepostos, em função do narcotráfico, é um dos principais fatores de aumento dos homicídios com características de execução, em que a morte se apresenta enquanto uma categoria política das relações de poder e, portanto, ajuda na compreensão dos conflitos urbanos envolvendo as disputas entre narcotraficantes e milicianos.

Haesbaert (2004) afirma que sempre vivemos uma multiterritorialidade, pois, para este autor “*[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”*” (Haesbaert, 2004, p. 344).

Não se pode negar, hoje, a existência destes múltiplos territórios em Belém a partir de grupos que impõem suas tecnologias de poder. São representações espaciais múltiplas e que implicam na vivência de diversas funções inscritas em cada porção da área ocupada, seja pelo narcotráfico ou pelas milícias, há sempre uma geografia imposta pela territorialidade de seus sujeitos. Essa geografia do poder é característica destes múltiplos territórios que, na sobreposição, aparecem como encaixes de uma dimensão multiescalar das práticas espaciais.

A lógica da sobreposição dos territórios é o maior desafio enfrentado pelas políticas de segurança pública na metrópole de Belém, haja vista que o Estado não tem a compreensão das relações sociais que produzem o território. Somando-se a isso, as ações das redes de poder do narcotráfico de formas fluidas contribuem para essa fragilidade.

Por fim, na metrópole de Belém o conflito em torno do narcotráfico é um dos grandes dilemas da problemática urbana, e, portanto, é imprescindível a compreensão dos territórios sobrepostos a partir da micropolítica e das relações de poder, que por ela foram constituídas. O artigo buscou interpretar estas relações que ora divergem, ora convergem para um mesmo interesse que vê no território as possibilidades de vantagens políticas e econômicas. Esta explanação prática-teórica é resultado de um campo interdisciplinar, em que o diálogo entre as ciências sociais buscou, na genealogia do poder, a fundamentação que pudesse dar condições de analisar a relação entre forma e conteúdo presentes na metrópole a partir do narcotráfico.

Considerações finais

As expressões e definições do narcotráfico são compreendidas em seu cerne, através de uma geografia que o narcotráfico impõe sobre a periferia da metrópole de Belém. Nesse sentido, a periferia tornou-se *lôcus* de reprodução das múltiplas relações de poder que configuram uma multiterritorialidade, ou então, uma sobreposição de territórios que materializados impõem uma lógica perversa de manifestação da violência urbana.

Esses territórios sobrepostos criados em função do narcotráfico deixam evidentes as divergências entre grupos. Como fora apresentado neste artigo, narcotraficantes e milicianos disputam o controle do território, cada um com suas características peculiares, cujo objetivo nisto é obter vantagens em função do mercado da droga.

As milícias, ou narcomilícias, como a mesma propõe, são formadas por milicianos que se tornaram braços do tráfico de drogas ao extorquirem, coagirem e assassinar traficantes para obter recursos financeiros. Também, a prestação de serviços ao tráfico e a distribuição de drogas para o mercado - compreendidas aqui como relações de poder que são constituídas obedecendo às vantagens que a milícia tem sobre os traficantes dos bairros periféricos de Belém, por se tratarem de homens das forças de segurança pública. A milícia territorializou-se em espaços que passaram a receber os seus serviços de segurança privada, impedindo assaltos aos comerciantes que pagavam pela proteção. Isso levou à perseguição e assassinato de pequenos assaltantes.

As divergências territoriais, em função da sobreposição de poderes, levaram a uma necropolítica na qual as mortes com características de execução destacam-se como afirmações do necropoder no disciplinamento dos territórios e dos sujeitos. Em razão disso, a periferia da metrópole de Belém passou a sofrer um racismo imposto aos jovens negros e pobres das áreas vulneráveis.

Sendo assim, tem-se um racismo imposto a partir das ações dos grupos milicianos, das operações da polícia e dos conflitos envolvendo o narcotráfico, pois os jovens da periferia são considerados criminosos ou delinquentes em potencial, são culpados antes de o crime ocorrer e esse “*apartheid social*” coloca-os em uma condição de sujeitos “matáveis”, sendo a morte justificável, trata-se, então, de corpos vazios, sem sentidos e significados, confinados num espaço em que o controle-regulação das espécies é necessário para a segurança.

O narcotráfico ganhou dimensões políticas significativas no contexto urbano das grandes metrópoles brasileiras, a exemplo de Belém, enquanto metrópole que está inserida nesta dinâmica das redes do narcotráfico. Compreender o narcotráfico a partir da perspectiva do poder que leva a configuração de territórios sobrepostos é um desafio para as políticas públicas direcionadas à problemática urbana metropolitana.

Referências

- ALEPA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ (2015). Comissão Parlamentar de Inquérito: Comissão parlamentar de inquérito para a apuração de atuação de grupos de extermínio e milícias no Pará. Belém.
- Couto, A. (2009). *A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém*. Belém. NAEA-UFPA, 2009 (Monografia de especialização).
- Foucault, M. (2007). *El poder psiquiátrico: curso en el Collège de France (1973-1974)*. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade* Trad. Maria Galvão. São Paulo. Editora: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1998). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1990). Las redes del poder. Extraído de Christian Ferrer (Comp.). *O libertário de linguagem 1. Ele pensou anarquista contemporâneo*. Montevideu: Edição-comunidade editorial (pedra de coleção enciclopédia), 21-41.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes.
- Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Gallimard.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Haesbaert, R. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Rio de Janeiro: EDUFF.
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mbembe, A. (2006). *Necropolítica: sobre El gobierno privado indirecto*. Melusina.
- OAB (2017). Relatório da situação dos casos de extermínio e chacinas de jovens negros no estado do Pará. Belém. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/add/pdf/relatorio-dh-com-capa-chacinas-05-09-2017-17-14-06.pdf>. Acesso em: 14 de Jan. 2017.
- Sack, R. (1987). *Human territory: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University.
- Tinland, F. (2001). Interactions, réseaux, différenciation. In: Parrochia, Daniel. (Org.). *Penser les réseaux*. Seyssel: Éditions Champ Vallon.